

Resenha bibliográfica*

Book review

GOULARTI FILHO, Alcides; SAES, Alexandre Macchione. *História de empresas no Brasil*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense; São Paulo: Hucitec, 2021.

Henrique Pons Agnelli**

Lançado trinta anos após a realização da 1ª Conferência Internacional de História de Empresas, em 1991, antecessora da própria Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), o livro organizado por Alcides Goularti Filho e Alexandre Macchione Saes é o terceiro volume da Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil e reúne catorze trabalhos distribuídos entre discussões da “história de empresas como área de pesquisa” e “estudos regionais”, como proposto pela própria divisão da obra. Conforme destacado no Prefácio por Luiz Fernando Saraiva, organizador geral da coleção, e Teresa Cristina de Novaes Marques, sócia da ABPHE e ex-diretora da *História Econômica & História de Empresas* (HE&HE), o livro “reforça a importância de um campo do conhecimento de longa tradição” no país, tanto pela perspectiva teórico-metodológica quanto pela apresentação do “estado da arte dos grandes temas estudados pelos pesquisadores”, dialogando com obras que o antecederam nessa mesma tradição.

As reflexões de Flávio Azevedo Marques de Saes a respeito das relações entre história econômica e história de empresas, inclusive a respeito da história de empresas “como ‘instrumento’ da história econômica”, compõem o capítulo inaugural do livro e indicam de antemão algo que logo se perceberá nos estudos regionais: a coincidência temporal entre o estabelecimento da grande empresa no Brasil e importantes processos históricos do país, além do

* Submissão: 11/08/2021 | Aprovação: 02/11/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.828

** Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil | ORCID 0000-0003-2826-4182 | E-mail: agnelli.henrique@gmail.com



caráter estatal, multinacional ou quase institucional da grande empresa brasileira, conferem à nossa história de empresas eixos de pesquisa distintos daqueles de tradições estrangeiras, mais sujeitas aos riscos de uma história apologética, resultante do viés de seleção de casos bem-sucedidos intrínseco a narrativas que tratam “de entender o desenvolvimento industrial e o próprio crescimento econômico” através desses estudos. Serão estudos como “A chegada da grande empresa internacional no Brasil: o caso da Imperial Mining Brazilian Association (IMBA)”, “A grande empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso (1883-1949)”, “A Celesc na eletrificação de Santa Catarina” e “Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico” que evidenciarão como a intimidade entre o capital e a política econômica e como própria formação da sociedade a partir das relações estruturadas na grande empresa tornam a história de empresas singular no Brasil, mais integrada à história econômica apesar de sua “plena autonomia acadêmica”.

Lembrando também as especificidades da história de empresas brasileira em suas primeiras páginas, Alexandre Macchione Saes e Caroline Gonçalves discorrem no segundo capítulo a respeito das origens e do desenvolvimento da *business history* internacional, rememorando os embates teóricos travados entre seus primeiros representantes e as transformações metodológicas que colocaram em questão a essência da história de empresas, ainda em evolução e, enfim, sujeita a novas críticas e reformulações paradigmáticas. Entre o campo interdisciplinar e diverso de suas origens, mais associado à história econômica e, portanto, com um processo de análise que deveria “[levar] em conta tanto o ambiente como a conjuntura em que os negócios estavam inseridos”, e o campo independente para o qual se dirigiria, com métodos delimitados e responsável por “realizar uma leitura voltada para a empresa como objeto prioritário”, os autores discutem os fundamentos e as relações da *business history* com outras áreas do conhecimento em um debate que tem continuidade no capítulo seguinte, no qual Guilherme Grandi associa a “velha” e a “nova” economia institucional à história de empresas. Em sua análise, companhias são entendidas como resultado de condições institucionais, “não somente da ação conjunta de determinados agentes (reunidos em organizações), [mas] também de um arcabouço previamente estabelecido de regras, formais e informais, que fundamentalmente determina o conjunto de ações e interações dos agentes”. Nessa perspectiva, o caso apresentado ao final do capítulo, das relações de trabalho no setor ferroviário paulista entre as décadas de

1920 e 1940, é emblemático da relação entre empresas e instituições brasileiras na medida em que o paternalismo, a estrutura hierárquica quase “familiar”, a ingerência da empresa na vida pessoal de seus funcionários e os demais mecanismos de controle laboral estabelecidos reformulavam as relações de produção de acordo com as necessidades empresariais.

O capítulo que entremeia as discussões teórico-metodológicas da primeira parte do livro, de autoria de Armando Dalla Costa e Angelo Brião Zanela, oferece uma análise dos “grupos empresariais” como objeto de pesquisa “fragmentado” entre abordagens e perspectivas diversas, muito importantes e reconhecidos tanto em economias “maduras” quanto em “emergentes”, porém sujeitos a análises díspares em função da heterogeneidade de suas estruturas e da multiplicidade de perspectivas conceituais de interesse. No capítulo, mais uma vez as circunstâncias institucionais têm sua importância destacada, inclusive para teorias de internacionalização, sendo a abordagem utilizada dependente, por exemplo, da maior ou menor eficiência dos mecanismos de mercado em cada país e da maior ou menor participação do Estado no processo de desenvolvimento e nas operações desses grupos.

No encerramento da primeira parte do livro, Flávia Borges Pereira e Silvana Goulart apresentam os centros empresariais de memória como espaços não apenas de consulta jurídica, administrativa e publicitária para as empresas, que buscam em seu passado a construção dos valores e da identidade da marca, mas também espaços de valorização do patrimônio cultural e espaços de pesquisa científica pela disponibilização de fontes documentais. Se o capítulo recorda a amplitude e a variedade de estudos realizados dentro do campo da história de empresas ao discutir experiências de pesquisadores que dependeram de consultas a acervos físicos e espaços de memória empresarial em suas pesquisas, resgatando as questões discutidas no primeiro capítulo, sobre a importância da disponibilidade de informações para a realização de pesquisas e a influência das informações disponíveis sobre os objetos da história de empresas, a pluralidade de abordagens e objetos discutidos na segunda parte do livro evoca outro importante aspecto da história de empresas no Brasil: o confronto entre teoria e particularidade histórica no contexto de um país imenso e diverso.

Retraçando a trajetória da National Brazilian Mining Association e de seu fundador, Eduardo Oxenford, Fábio Carlos da Silva inaugura a segunda parte do livro dando destaque ao caráter personalista dos investimentos nas minas durante a primeira metade do século XIX, tendo Oxenford sido o

primeiro estrangeiro a obter um despacho favorável à aplicação direta de capitais estrangeiros no Brasil por suas amizades e negócios anteriores. No texto, a pessoalidade é um elemento de destaque desde a fundação do empreendimento, viabilizado pelo contato com “os brasileiros mais notáveis da região, proprietários rurais e detentores do poder político local”, até a ocasião da fuga de Oxenford da Inglaterra para o Brasil em meio às investigações na Justiça britânica de irregularidades financeiras e administrativas da companhia, que dariam ao controlador dos negócios a possibilidade de negociar a venda de minas e o aluguel dos escravos da companhia. O significado desses investimentos da *City* londrina em uma atividade fundamentalmente escravocrata além-mar, outro lado da moeda da participação britânica nas minas de ouro imperiais, é a questão abordada por José Alex Rego Soares no capítulo seguinte, que apresenta como os dirigentes europeus do empreendimento empregaram modelos de gestão modernos para organizar e comandar o trabalho escravo em uma grande empresa capitalista, financiada pela especulação financeira. Partindo de uma atividade extrativa de moldes essencialmente coloniais, enfim, o texto revela a rentabilidade para os investidores estrangeiros e a capacidade de pagamento de impostos de uma simbiose estabelecida entre capital financeiro e trabalho escravo.

O livro tem continuidade em seu oitavo capítulo com o texto de Leila Mourão Miranda, que, “em face da hegemonia do discurso de que a economia agrária e exportadora predominou, restringindo ou impedindo outras experiências” fora “do eixo Sudeste e Sul do país”, estuda a indústria paraense como concretização local de um tema “universal em si” que é a indústria, “como uma forma histórica de realização do capitalismo em sua dimensão industrial e em um contexto determinado, ou seja, na região amazônica”. A ideia que conduz o texto, de condições regionais, conjuntura internacional e ação governamental que determinaram tanto a direção quanto os limites da atividade econômica local, aplica-se também à descrição de Paulo Roberto Cimó Queiroz da trajetória da grande empresa sul-mato-grossense dos ervais no capítulo seguinte: iniciada em 1882 graças a uma concessão do governo imperial, o empreendimento expandiria para terrenos devolutos fronteiriços brasileiros uma atividade extrativa de tradição, mão de obra e mercado consumidor majoritariamente estrangeiros. Tendo sua concessão renovada em 1926, “ainda em um contexto de estreita vinculação entre as esferas pública e privada”, o fim do monopólio decorreria de questões institucionais e de natureza internacional, assim como sua instituição décadas

antes, deixando de fruir da boa vontade do governo e enfrentando dificuldades para a entrada de seus produtos na Argentina a partir de 1930.

Chegando à metade da segunda parte do livro, o texto de Fábio Farias de Moraes a respeito da Celesc e da eletrificação de Santa Catarina abre a seção de dois capítulos cuja contribuição para o “panorama diversificado (espacial, teórico e metodologicamente)” dos estudos regionais se dá exatamente de acordo com a tradição de pesquisas nas quais a história da empresa se confunde com elementos de formação da economia nacional, ou seja, nas quais a trajetória do empreendimento está diretamente associado a circunstâncias centrais do desenvolvimento econômico do país. Nesse primeiro caso, interligada a história da expansão da rede elétrica do estado ao percurso da empresa, a fundação da estatal em 1955 inauguraria uma sucessão de episódios de investimentos públicos que, em benefício da acumulação privada de capital e em linha com interesses estrangeiros, envolveria fundamentalmente o Estado na expansão da geração, transmissão e, inclusive, distribuição de energia elétrica em Santa Catarina. A associação e o conflito entre interesses privados e interesses de Estado são também objeto central de Alcides Goularti Filho no capítulo seguinte, que discute a criação, o desenvolvimento e as crises da empresa Lloyd Brasileiro. Fundada por decreto em 1890 em função de preocupações referentes ao aparelhamento da Marinha Mercante, entendida como reserva da Marinha de Guerra, o Lloyd Brasileiro enfrentaria em sua história prolongados déficits financeiros e graves crises de insolvência, aliviados apenas por superávits episódicos e por repetidas liquidações das dívidas por parte da União, cujo entendimento de que os serviços prestados pela companhia eram fundamentais para a defesa e para a integração nacional persistiria durante boa parte do século XX.

Discutindo as origens e o desenvolvimento do Grupo Gerdau, José Lannes inaugura no décimo segundo capítulo a seção final do livro, composta por três estudos de empresas que se tornam protagonistas em seus setores de atuação durante o século XX. Partindo de modesto empreendimento comercial em fins do século XIX, a Gerdau transformaria seu capital comercial em capital industrial quase meio século antes de sua entrada no mercado de aços, que em 1948 marcaria o primeiro movimento de expansão vertical da companhia. Fruto de um longo processo de acumulação de capital, a expansão internacional que aceleraria seu desenvolvimento e sua diversificação tardaria também décadas até tomar forma nos anos 2000. O longo ciclo de amadurecimento atravessado pelo Grupo Gerdau, que envolveu mudanças geracionais e de co-

mando, expansões verticais por aquisições e por novos empreendimentos, experiências de inserção de seus produtos no mercado internacional e internacionalização, não foi exclusivo da companhia, tendo marcado também a trajetória da Votorantim, objeto de estudo de Gustavo Pereira da Silva no capítulo final do livro.

Consolidado em 1919 como empresa familiar, o grupo Votorantim, que concentrava 80% de suas receitas no setor têxtil, tomou forma através de um movimento de integração vertical com o negócio anterior da família, de descaroçamento de algodão, e através de relevante expansão horizontal, com atuação nos setores de cimento, cal e transporte ferroviário. Inaugurando a subsidiária produtora de raíom em 1935 e as operações siderúrgicas em 1943, o grupo continuaria durante todo o século sua trajetória de expansão horizontal, “guiada pelos recursos produtivos preexistentes e pela sinergia entre as firmas”, consolidando posições de destaque em diversos setores industriais intermediários e finais. “Maior grupo econômico de capital privado no Brasil” na década de 1980, a concentração das atividades dentro de um país em crise motivaria um movimento de internacionalização que se prolongaria até a crise de 2008.

Destoando das duas empresas discutidas anteriormente, Jaques Kerstenetzky completa a seção final do livro ao apresentar a Metal Leve como caso emblemático de uma companhia nacional que, apesar da liderança em seu segmento, da atualização tecnológica, das experiências de diversificação, da inserção de seus produtos no mercado internacional e da internacionalização em si, rapidamente perderia espaço com a abertura comercial da década de 1990 e com a competição direta com concorrentes estrangeiros que, por sua escala, podiam diluir muito melhor os custos de produção de amostras e os custos de pesquisa e desenvolvimento necessários para a atuação no mercado.

Ao final da leitura, a diversidade de objetos de análise e de abordagens dos estudos nos remete mais uma vez ao Prefácio, à Introdução e aos capítulos iniciais do livro, que, ao introduzir a obra no contexto de uma ciência recente no país, porém independente e vigorosa, faz pensar a respeito dos desenvolvimentos futuros dessa tradição. Lidando com múltiplos contextos dentro de um mesmo imenso e diverso país, a história de empresas tem cumprido o duplo papel de recordar e analisar a trajetória de empreendimentos públicos e privados, resgatando documentos e materiais muitas vezes de difícil acesso, e de, muitas vezes, contribuir para a construção da compreensão do próprio

processo de desenvolvimento do país, tendo diversas empresas tido suas operações estreitamente associadas a elementos constitutivos de nossa história econômica.